

## AVALIAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

### SEMINÁRIO CONFAP

Universidade Nova – School of Business

30 de novembro de 2019

*Cumprimento os colegas de mesa e todos os presentes.*

*Na pessoa do Dr. Jorge Ascensão, agradeço à CONFAP o convite para participar nesta Mesa Redonda, na qualidade de Presidente do Conselho das Escolas, que aceitei com muito prazer.*

Quando fui desafiado para participar nesta mesa redonda, ainda hesitei se devia ou não aceitar o convite. Preveni o Sr. Presidente da CONFAP de que talvez não fosse uma escolha adequada para a tarefa pois as minhas reflexões sobre avaliação externa e acesso ao ensino superior, contrariam as teses apresentadas por vários responsáveis políticos e técnicos, profusamente difundidas pelos *media* que, penso eu, não evidenciam esforços sérios para estabelecer um modelo de seriação de alunos para acesso ao ensino superior, que responda melhor que o atual.

Feita esta “declaração de interesses”, trago para esta mesa três ideias para reflexão.

#### **A primeira ideia é a seguinte:**

##### ***I. A AVALIAÇÃO EXTERNA ESTÁ FORA DE MODA***

---

A partir de 2015, inopinadamente e em claro corte epistemológico com os 15 anos anteriores, a avaliação externa dos alunos, leia-se, os exames e as provas finais de ciclo, passou a ser encarada pelo *mainstream* como algo nefasto ao processo educativo, como “artigo fora de moda”, de que todos se

queriam libertar. Porque estas provas não avaliavam as competências dos alunos, porque não avaliavam as aprendizagens essenciais, porque criavam desnecessários estados de ansiedade nos jovens, porque empobreciam o ensino secundário, enfim, ouviram-se estas e muitas outras objeções de igual quilate.

Tratava-se, segundo as opiniões emergentes, de um tipo de avaliação que, para além de todos os problemas atrás referidos, era ineficaz na exata medida em que, mesmo que desse a conhecer as insuficiências dos alunos, ou tornasse evidentes as lacunas de aprendizagem, não permitia que as mesmas fossem corrigidas em tempo útil, uma vez que as provas e exames ocorriam no final do ciclo de ensino e, nesse momento, nada haveria a fazer.

Foi evidente que o discurso político e as intervenções de alguns responsáveis educativos, muito amplificadas pelos *media*, transformaram a avaliação externa, nomeadamente a do ensino secundário, num horrível mecanismo de seleção de alunos para acesso ao ensino superior, que nada acrescentava ao processo educativo, que colocava o ensino secundário ao serviço do ensino superior e, pior, promovia e aprofundava as desigualdades sociais.

Este discurso, demagógico do meu ponto de vista, tem sido a ser utilizado para justificar a urgência em suprimir a avaliação externa que ainda resta, depois de se ter iniciado o processo em 2015 com a supressão das provas finais do 4.º ano pelo Parlamento e, aos primeiros alvares de 2016, a supressão das provas finais do 6.º ano pelo Governo.

**A segunda ideia para reflexão é a seguinte:**

## **II. A AVALIAÇÃO EXTERNA PREJUDICA A AUTONOMIA E A FLEXIBILIDADE CURRICULAR**

---

Com o projeto de autonomia e flexibilidade curricular, iniciado em 2017/18 e estendido a todas as escolas no ano letivo seguinte, a avaliação externa que ainda subsiste no final do 9.º ano e no ensino secundário, passou a



ser um obstáculo incontornável para os mais empenhados defensores dessa autonomia e dessa flexibilidade. Segundo estes, os exames nacionais são empecilhos que dificultam e os impedem de implementar a autonomia e a flexibilidade curricular junto dos alunos do ensino secundário.

Notem bem a facilidade com que se invertem os termos da equação: não é a revisão curricular nem a autonomia e flexibilidade, tal como foram desenhadas, que se coloca em causa. O que se coloca em causa no momento em que se pretende aplicar uma nova política são os velhos exames e a velha avaliação externa. A partir daqui dá-se um novo salto teórico: se os exames são obstáculos à ação educativa das Escolas e se dificultam a autonomia e a flexibilidade curricular, há que suprimi-los para que os alunos aprendam melhor e adquiram as competências previstas no Perfil do Aluno.

Esta tese, defendida insistentemente, vem embrulhada numa outra ideia profundamente demagógica, do meu ponto de vista. A ideia de que os exames não avaliam as aprendizagens nem as competências dos alunos, apenas servem para os seriar para acesso ao ensino superior. Pior ainda, os seus defensores consideram que os exames nem sequer são um instrumento que garante igualdade de condições de acesso, antes pelo contrário, reproduzem ou cavam ainda mais fundo as desigualdades sociais, porque os alunos das classes sociais de estrato socioeconómico mais elevado terão maiores possibilidades de serem bem-sucedidos neste instrumento de seriação. Ou seja, assumem implícita e erradamente, na minha opinião, que fosse outro o instrumento de seriação e as diferenças socioeconómicas deixariam de existir ou seriam mitigadas.

Por isso defendem que se acabe com os exames e se transfira essa “odiosa” função de seriação para as universidades e politécnicos.

Isto leva-me à **terceira ideia que gostaria de trazer à reflexão e que pode ser sintetizada da seguinte forma:**



### **III. ACEITANDO QUE OS EXAMES SÃO UM PÉSSIMO MODELO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, ALGUÉM É CAPAZ DE APRESENTAR UM OUTRO QUE SEJA MAIS JUSTO, MAIS TRANSPARENTE E MAIS DEMOCRÁTICO?**

---

Da minha parte e até hoje não vi nenhum daqueles que defendem o fim dos exames, apresentar um modelo de acesso ao ensino superior mais consistente, mais transparente e mais democrático que o atual.

Notem que não defendo que o atual modelo de acesso, baseado na seriação de alunos através das classificações do ensino secundário e dos exames nacionais, não tem defeitos ou que não cria situações de injustiça a alguns alunos. O atual modelo pode e deve ser melhorado, não tenho dúvidas. Assim como não tenho dúvida de que não é na diferença de uma décima, a tal que permite a um aluno entrar em medicina e a um outro ficar de fora, que se distingue o mérito de dois alunos.

O que defendo é que não devemos extinguir os exames e as provas de final de ciclo, pois têm uma importante função na regulação e credibilização do sistema educativo.

Também defendo que os exames, mau grado os defeitos que se lhes apontam, continuam a ser o modelo mais simples, mais transparente e mais eficaz para seriar, num curto espaço temporal, uma enorme massa de alunos em processo de candidatura a cursos com vagas limitadas.

É possível e desejável aperfeiçoar o modelo de acesso ao ensino superior, nomeadamente introduzindo metodologias complementares aos exames, considerando novos fatores de ponderação, estabelecendo fases parciais de candidatura, enfim, será sempre possível melhorar, todavia, entendo as alterações ao modelo de acesso ao ensino superior não passam pela supressão dos exames nacionais, nem podem colocar em causa os princípios da transparência e da democraticidade que, atualmente, caracterizam o processo de colocação dos alunos nas universidades e politécnicos públicos.

Muito obrigado

30/11/2019

José Eduardo Lemos, PCE

